



O CRESCIMENTO VERDE NA ÁREA DOS RESÍDUOS

CONFERÊNCIA | DEBATE
Leiria, 11 de Novembro de 2014
Teatro Miguel Franco

Exmas Senhoras e Senhores,

Quero começar por dar as boas vindas a todos os presentes e agradecer a iniciativa do Senhor Ministro em convidar a AEP S A para organizar este debate.

Quero também agradecer à Câmara Municipal de Leiria e à Agência Portuguesa do Ambiente por se terem associado à AEP S A neste encontro, bem como o apoio prestado pela AVE, EXIDE, FERROVIAL, GVB, LENA AMBIENTE, SPV, SUMA, VALORCAR e VALORPENEU.

Quero finalmente agradecer, em particular, aos oradores e participantes no Debate de hoje, por terem aceite o desafio de exporem as suas visões sobre o “Crescimento Verde na Área dos Resíduos”.

Mas este encontro é, também, um momento de comemoração, porque neste ano de 2014 a AEP S A celebra 20 anos de existência! Estão por isso de parabéns todas as 60 empresas associadas da AEP S A e os seus 13 mil colaboradores, que trabalham - diariamente - no setor do ambiente, e que produzem um volume de negócios de 1,5 mil milhões de euros por ano.



Concretamente, na área dos resíduos, foram 20 anos de muitos acontecimentos e muitas mudanças. Mas desde do marco histórico que foi o fim das lixeiras em Portugal (e lembro que a última lixeira, de um total de 341, encerrou em Janeiro de 2002), há que reconhecer, este ano de 2014 foi o mais rico em mudanças no setor dos resíduos.

As profundas alterações legislativas, - foram publicados 37 diplomas legais e regulamentares -, o PERSU 2020, a privatização da EGF, a alteração do Estatuto do Regulador, a criação dos Regulamentos Tarifários e agora o Compromisso para o Crescimento Verde e a Fiscalidade Verde, constituem uma verdadeira reforma do setor dos resíduos.

Goste-se ou não se goste de todas estas mudanças, temos de reconhecer, Senhor Secretário de Estado, que o seu Ministério esteve muito ativo, tendo em conta que não decorreu sequer um ano e meio desde a Sua tomada de posse.

E já que estamos a falar de “gostos”, há uma pergunta para a qual darei já de seguida a resposta:

E a AEP SA, gosta ou não gosta destas alterações?

Para nós:

- O PERSU 2020;
- A privatização da EGF;
- A alteração do Estatuto do Regulador;
- e o Compromisso para o Crescimento Verde,

Não devem ser vistos como ameaças. Devem sim ser vistos como uma prova de confiança do Estado na iniciativa privada.

E como uma responsabilidade acrescida das empresas.



Os Operadores de Gestão de Resíduos são hoje parceiros imprescindíveis de todas as outras atividades económicas e de todos nós enquanto cidadãos, contribuindo decisivamente para a sustentabilidade ambiental e para o crescimento económico, ao potenciar importantes fontes de riqueza no aproveitamento de materiais recicláveis. Os resíduos constituem - nas sociedades modernas - um recurso que não pode ser subestimado.

E se hoje é verdade que o setor dos resíduos se apresenta como um setor maduro, consolidado e organizado, dispondo de infraestruturas modernas e de operadores credenciados, também é verdade que os desafios do futuro próximo são grandes, porque:

- tanto o Governo, ao transferir responsabilidades do setor público para o privado,
- como as empresas,

terão de adaptar-se rápida e saudavelmente à nova realidade.

Mas para isso precisamos de regras claras, de bons planos estratégicos, e de estabilidade no futuro. Não somos a favor do *laissez-faire* mas sim de um mercado regulado, onde a sociedade possa confiar em pleno no trabalho dos operadores privados.

E é por isso também que achamos que todos aqueles documentos que citei, podem (e estão a tempo) de serem melhorados. Por exemplo:

- Permanece, na legislação, uma zona de sobreposição entre resíduos urbanos e resíduos industriais, designada por “resíduos equiparados a urbanos”. Esta definição, juntamente com a introdução na nova *lei de bases* da definição de «Resíduos urbanos de grandes produtores», deveriam ser revogadas para uma melhor clarificação das fronteiras entre resíduos.



- Outros exemplos: para maior simplificação administrativa, deveria ser criado um documento único para a circulação dos resíduos e uma plataforma comum para o registo e controlos ambiental, económico, fiscal e estatístico dos resíduos;
- Deveriam ser criadas condições para o desenvolvimento de um mercado para o escoamento preferencial dos materiais e produtos derivados dos resíduos (Resíduos de Construção e Demolição, Combustíveis Derivados dos Resíduos, Composto orgânico, etc.);
- Nas lamas de ETARs, a quantidade de entidades envolvidas no escoamento de lamas, a dispersão de entidades com responsabilidade no seu controlo e fiscalização e a disparidade geográfica de preços, levam-nos a crer que o tema deveria ser centralizado numa única entidade gestora, profissional e especializada.

Mas não vos vou tomar agora mais tempo com exemplos, porque estamos aqui para falar precisamente no Crescimento Verde na área dos resíduos.

e é nossa expectativa que este Debate contribua para a clarificação e, naquilo que for necessário, para melhorar o documento do Compromisso para o Crescimento Verde.

Desejo-vos a todos um excelente dia e espero que o nosso Programa para esta manhã seja enriquecedor e merecedor da vossa presença aqui.

Muito obrigado
Diogo Faria de Oliveira